

Longa história de lutas

Os primeiros movimentos populares de que se tem registro no DF tiveram como base a luta por aumento de salário e moradia.

Em 1958, nasce a Associação Profissional dos Trabalhadores da Construção Civil. Um grupo de 79 operários luta por salários e melhores condições de trabalho.

Em 1960, surge na antiga Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, o movimento pró-fixação dos moradores, que força o presidente João Goulart a sancionar, em dezembro de 1962, a lei que cria a cidade, não prevista no traçado original de Brasília.

OS INCANSÁVEIS
A história de conquistas populares continua na década de 70. Removidos da Vila do Iapi, Vila Tenório e Morro do Urubu, invasores recebem a promessa de pagar preços simbólicos por lotes na recém-criada Ceilândia. Mais de 5 mil pessoas se candidatam aos terrenos. Dois anos depois, o GDF recua e decide cobrar preço de mercado. Os pioneiros pobres se revoltam e formam a mais conhecida associação de moradores de Brasília: os Incansáveis da Ceilândia.

O PAPEL DAS FEDERAÇÕES

As federações representativas de classe foram durante anos uma espécie de Câmara Legislativa. As associações comunitárias recorriam a elas para reivindicar solução de problemas e pedir ajuda financeira. A tradição de pedir socorro às federações permanece. Somente este ano, a Federação das Indústrias do DF (Fibra) recebeu 60 pedidos de entidades comunitárias em busca de atendimento odontológico e cursos profissionalizantes.

A Associação Comercial do DF (ACDF) promete ampliar os canais de comunicação com a sociedade e estender à comunidade a Câmara de Arbitragem — uma espécie de juizado de pequenas causas que, hoje, resolve mal-entendidos entre consumidores e lojistas.

Eles têm a força

Rovênia Amorim
Tarciano Ricarte
Ana Lúcia Moura
Da equipe do Correio

Oditar é antigo e sábio: a união faz a força. E produz resultados. Em Brasília, não é diferente. É o poder do povo. Gente que se une em associações, movimentos, prefeituras e conselhos comunitários em busca de soluções para problemas que os políticos e autoridades do governo não enxergam. Pessoas comuns e persistentes, a quem não interessam votos nem reconhecimento. Cidadãos que se escondem no anonimato, mas são autores de centenas de melhorias em cada canto do Distrito Federal.

Não há estatística que revele a representatividade desse poder paralelo. Não existe controle sequer do número exato desses grupos. No Plano Piloto, a mobilização popular surge, entre outros meios, na forma do que se convencionou chamar de prefeituras comunitárias, organizações que zelam pela qualidade de vida nas superquadras de Brasília.

Na Asa Norte, são 42 prefeituras e na Asa Sul, 64. Em Ceilândia, a cidade mais povoada do DF, com mais de 335 mil habitantes, existem quase 200 associações de moradores e prefeituras cadastradas na administração regional. No Riacho Fundo, uma das cidades mais novas, elas não passam de 30.

O poder comunitário também se aprende em sala de aula. Nas 607 escolas públicas, a participação popular se traduz de várias formas: são 190 associações de pais e mestres, 387 caixas escolares — organizações que administram o dinheiro repassado à escola — e 570 conselhos escolares. Formados por pais, professores, funcionários, diretores e alunos, esses conselhos discutem problemas e sugerem melhorias nas escolas.

PARTICIPAÇÃO

64

PREFEITOS

já estão
atuando na Asa
Norte.

Somados aos 42 da
Asa Sul, já são

106

só no Plano Piloto

DIREITOS HUMANOS

Nas cidades mais carentes, as associações se multiplicam em razão do maior número de problemas. Pesquisa de 1999 feita pelas professoras Maria Salete Kern e Nair Bicalho, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), mostra que 43% das 57 organizações da Ceilândia, ligadas à defesa dos direitos humanos, lutam por melhorias de infra-estrutura e instalação de equipamentos públicos, como escola e posto policial.

É o caso do Conselho Comunitário do Setor P Norte, que surgiu há dois anos para reivindicar exclusivamente a manutenção das bocas de lobo. "No período das chuvas, as ruas ficam tão alagadas que os próprios moradores têm de fazer um mutirão, senão a água entra nas casas", conta a presidente da associação, Tereza Moreira Bezerra.

Realidade bem diferente das reivindicações dos movimentos populares das áreas nobres de Brasília. Os moradores do Lago Sul, por meio do recém-criado Conselho Comunitário de Segurança, decidiram fazer um estudo para instalar câmeras de vídeo nas ruas. A preocupação dos moradores da Asa Norte também passa longe de falta de água, pavimentação e iluminação pública. Na 210 Norte, por exemplo, a mobilização fez surgir um parque para as crianças da quadra.

LAZER GARANTIDO

Com as sobras do dinheiro arrecadado pela prefeitura durante quase dois anos, os moradores da 210 Norte decidiram reformar o parquinho. Até outubro, tudo o que existia no parque era um único e enferrujado escorregador. Hoje, o brinquedo já reformado divide espaço com quatro balanços, um carrossel, uma casinha de madeira, um bondinho, três gangorras e um foguete. Tudo comprado pela prefeitura.

Para garantir o lazer das crianças, foram gastos quase R\$ 5 mil só na compra dos brinquedos, sem falar nas grades e areia nova, que a prefeitura fez questão de instalar. Banquinhos também foram construídos do lado de fora do parque. "Alguns moradores não contribuem. Alegam que já pagam impostos e não têm obrigação de resolver o que é responsabilidade do governo", afirma Arnaldo Temporal, prefeito da quadra.

Para as crianças, a reforma foi um presente. "Dá vontade de ficar o dia todo brincando", afirma Henrique Rodrigues, 12 anos. A mãe dele, Nira, 42 anos, considera o dinheiro bem aplicado. "Se fôssemos esperar pelo governo, as crianças ficariam adultas sem ver o parque reformado", diz.

Ricardo Borba



O NOVO PARQUINHO DA 210 NORTE: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE GARANTE DIVERSÃO PARA AS CRIANÇAS DA QUADRA

É preciso insistir, sempre

Quando se unem, os cidadãos podem conseguir independência dos poderes constituídos para resolver os problemas comuns. Como aconteceu com os moradores da 210 Norte, que se reuniram, arrecadaram dinheiro e investiram em melhorias na própria comunidade. Mas quando a solução foge do alcance, eles partem para a peregrinação. São incansáveis na busca de ajuda de entidades e instituições como

sindicatos, federações, Ministério Público e Câmara Legislativa.

São pessoas como Sebastião Gomides, 53 anos, presidente da União de Moradores do Ceilândia Sul, que vai de gabinete em gabinete pedir ajuda a deputados, senadores e administradores para resolver os problemas da quadra. "As associações comunitárias não medem esforços. Buscam esgotar todas as alternativas de soluções", diz Ado-

nias Santiago, superintendente da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra).

Andanças insistentes e legítimas dos cidadãos. "A sociedade organizada, que vai do prefeito da quadra ao partido político, atua no cenário da democracia e da construção da cidadania", avalia a professora Nair Heloisa Bicalho, professora da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em movimentos sociais.